

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.996 - PE
(2019/0220665-5)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : GB GABRIEL BACELAR CONSTRUÇÕES S/A
ADVOGADOS : SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETTO E OUTRO(S) -
PE018616
CARLOS FREDERICO CORDEIRO DOS SANTOS - PE020653
BERNARDO FALCAO DE MORAES - PE029866
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por GB Gabriel Bacelar Construções S.A. contra decisão que não conheceu do agravo em razão da falta de combate a todos os fundamentos da inadmissão do recurso especial.

A embargante alega erro e omissão no *decisum*.

Afirma que (e-STJ, fl. 499):

[...] a Embargante combateu expressamente a decisão que inadmitiu o apelo especial, não havendo que se falar em mesma argumentação dos recursos, visto que o Agravo de Instrumento teve como argumento principal a necessidade de anulação do acórdão recorrido por omissão quanto ao critério da *habitualidade* em razão de não ter o Des. Relator do Tribunal a quo reapreciado a matéria nos termos do RE 565160/SC, o que por si só evidencia a impossibilidade de os recursos terem as mesmas razões recursais.

Sem impugnação da parte contrária.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Como descrito na decisão embargada (e-STJ, fls. 493-494):

A parte insurgente não infirmou especificamente o fundamento utilizado pelo Tribunal de origem para negar o acesso à via especial, limitando-se a repisar os argumentos trazidos no apelo extremo.

Tal circunstância atrai, por analogia, a incidência da Súmula 182/STJ, segundo a qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC/1973 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

[...]

Cumprе destacar que o não conhecimento do agravo em recurso especial, em virtude da aplicação da Súmula 182/STJ, impede a análise das teses a respeito do mérito discutido no apelo nobre, porque não ultrapassada a admissibilidade recursal.

Os embargos de declaração, segundo o art. 1.022 do CPC/2015,

Superior Tribunal de Justiça

destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material. De nenhum desses vícios ressente-se o *decisum*.

Os questionamentos da parte, ao defender o desacerto da solução jurisdicional aplicada, na verdade, revelam sua discordância com o resultado do julgamento. Insurgência dessa natureza deve ser encaminhada por meio da via própria.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

